

# POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

## PROFESSIONAL EDUCATION'S POLICIES IN BRAZIL IN THE OF THE PRODUCTION REESTRUCTURATION

Juliana Teixeira Esteves <sup>1</sup>

### RESUMO

O trabalho busca analisar o impacto que as recentes políticas educacionais voltadas para o empreendedorismo adotadas pelo governo brasileiro podem ter no ambiente securitário nacional. Partindo da premissa de que o sistema previdenciário encontra-se amparado em duas bases político-econômicas – uma pública e uma privada – e que ambos os sistemas tem seu lastro contributivo, como a transferência da responsabilidade profissional está refletindo na formulação de novas regras legais de acesso à previdência social? A partir da leitura crítica de tais políticas e do dogmatismo do sistema de seguridade social, analisa-se sob a perspectiva da teoria social crítica se as apresentações de satisfação profissional do indivíduo manifestam-se verdadeiras na perspectiva psicológica, a partir da substituição da qualificação pela competência que reflete diretamente as evidências empíricas e analíticas da perda da referência da centralidade do trabalho no contexto do desemprego estrutural.

**PALAVRAS-CHAVE:** políticas públicas; educação profissional; empreendedorismo.

### ABSTRACT:

This work aims to analyze the impact that the recent educational policies aimed at entrepreneurship adopted by the Brazilian Government may have in the national social security environment. Starting from the premise that the pension system is based on two political-economic bases - a public and a private – and that both systems have its contributory amount, as the transfer of professional responsibility is reflected in the formulation of new legal rules of access to social security? From the critical reading of such policies and the dogmatism of the social security system, the analyzes is carried out under the perspective of critical social theory if the performances of individual job satisfaction appears true in psychological perspective, from the replacement of the qualification for the competence which reflects directly the empirical and analytical evidence of the loss of centrality of the reference work in the context of structural unemployment.

**KEY-KEY-WORDS:** social security; public policies; professional education; entrepreneurship.

## 1. A Vulnerabilidade dos Sistemas Tradicional e Complementar

O modelo de *welfare state* surgiu após as crises vividas pelo estado liberal no início do século XX, especialmente, em decorrência da Primeira Guerra, do aparecimento do

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta de Direito do trabalho na Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisadora do CNPQ.

socialismo real, do nazi-fascismo, da quebra da bolsa de valores em 1929 e, finalmente, da Segunda Guerra Mundial. O sistema de seguridade criado nesta época cumpriu adequadamente o seu papel, porque havia o pleno emprego, em que empregado e empregador contribuíam simultaneamente para o sistema.<sup>2</sup>

Um fator igualmente determinante, para a sustentabilidade do sistema contributivo de repartição, foi o desenvolvimento econômico. Ele favorecia a manutenção dos níveis formais de emprego de longa duração e de forma determinante.

O desenvolvimento econômico é agora desencadeado, prioritariamente, pela inserção de novas tecnologias. A esta ruptura deve acrescentar-se, ainda, mais dois fatores: a supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo, e a vulnerabilidade dos sistemas securitários diante da má administração de seus gestores. No caso específico da previdência complementar, da dependência e da volatilidade e dos riscos inerentes ao próprio sistema desse novo modelo de capitalismo centrado no mercado de ações.

Sobre esse tema, Will Hutton afirma que a economia do mercado livre tem raízes numa visão newtoniana do mundo: Adam Smith e seus discípulos acreditavam que a vida econômica tem a mesma tendência para o equilíbrio do mundo natural. Smith dizia que os preços do mercado gravitam no sentido dos preços naturais, que são determinados pelo montante total do trabalho despendido para criar o produto. Hutton se apropria dos argumentos de George Soros para desqualificar essa versão, segundo a qual os mercados se autorregulam. Para ele os mercados financeiros são marcadamente instáveis e cometem erros frequentes de avaliação, “flutuam para cima e para baixo, e não podem ser reguladas meramente pela insistência em retornar a mundo de valores estáveis” (Houton, 1998, p. 57).

Esse novo modelo de capitalismo centrado no mercado de ações e a supremacia do capital financeiro sobre o capital produtivo levam o sistema a prezar por temas como desregulamentação, privatização, flexibilização inclusive dos sistemas de seguridade social.

Segundo Sheila B. Kamerman e Alfred J. Kahn (Kamerman, Kanh, 1993, p. 52) os contextos políticos e o uso da privatização dependem do seu nível de dependência da economia mundial.

Do ponto de vista da migração do pleno emprego para o desemprego estrutural, do modelo de capital produtivo para o capital improdutivo, Zigmund Bauman (Bauman, 1998, p.

---

<sup>2</sup> Sobre a matéria ver ANDRADE (2007).

50) afirma que “os desempregados eram o exército de reserva da mão-de-obra.” Temporariamente sem emprego pelos motivos que fossem, esse exército devia ser preparado para reingressar no mercado quando aptos, e prepará-los era responsabilidade e incumbência dos poderes públicos. Essa não é mais a realidade predominante, à exceção dos demagógicos textos de propaganda eleitoral.

Nessa nova realidade, a racionalização da economia significa cortar e não criar empregos. O progresso tecnológico e administrativo é avaliado pela supressão da força de trabalho, fechamento de divisas ou redução de funcionários. Para ele modernizar a direção da empresa consiste em tornar o trabalho flexível – desfazer-se da mão-de-obra e abandonar linhas e locais de produção de uma hora para outra, sempre que houver possibilidades comerciais mais lucrativas, ou mão-de-obra mais submissa e menos dispendiosa que acenem ao longe.

O aludido sociólogo afirma ainda, que, na época em que a indústria propiciava trabalho e subsistência havia segurança para a maioria da população. O Estado do Bem-Estar tinha que arcar com a corrida do capital pelo lucro e tornar a mão-de-obra desprezada novamente empregável.

A lógica do capitalismo pós-moderno não pode ser compatibilizado com o seguro coletivo contra riscos. Para ele “a tarefa de lidar com os riscos coletivamente produzidos foi privatizada”. Esses fenômenos, adverte Bauman, refletem uma sociedade desregulamentada que privatizou seus dispositivos de bem-estar.

Os novos paradigmas da sociedade pós-moderna, desestabilizaram o estado-previdência, e, por consequência, o sistema de seguridade social centrado no princípio da contributividade. Do mesmo modo, desestabiliza também, o sistema de previdência complementar, em face da instabilidade desencadeada e da destruição da própria sociedade do trabalho.

O economista Celso Furtado (Furtado, 1998, p. 86) ressalta a falsa homogeneização que decorre da aceitação acrítica das obras economicistas que desrespeita as matrizes culturais e as particularidades históricas.

A previdência social está fundada na relação de trabalho subordinado – relação formal assalariada em que o empregado e o empregador contribuem para o sistema econômico. O mercado de trabalho formal está diminuindo e, com ele, o contingente de cidadãos protegidos pelo sistema baseado na contributividade. Apesar de, no Brasil, a taxa de

desemprego vir diminuindo, o fato não é suficiente para contraditar a evidência de que o contingente populacional, que está excluído do sistema formal, tornou-se estrutural. Como o estado pode proteger esses cidadãos? No sistema atual somente os trabalhadores-contribuintes formais são beneficiados com a proteção estatal, em momentos como velhice, doença e maternidade. Poder-se-ia argumentar que estas pessoas estariam protegidas na velhice pelo benefício de prestação continuada. Entretanto, este só é concedido a quem possui mais de 65 anos e que tenha renda média familiar equivalente a 25% do salário mínimo. Essa regra é mais rigorosa do que a exigência para a concessão de aposentadoria para rurais, que só precisam comprovar o tempo mínimo legal de trabalho e a idade.

O sistema de previdência complementar fechado também está sujeito às variações do mercado de trabalho. A contribuição para o sistema complementar depende diretamente da renda auferida pelo contribuinte. Se o contribuinte não tiver renda ele não contribuirá. Nos anexos encontra-se um quadro demonstrativo da proporção de mulheres com mais de 15 anos de idade ocupadas na América Latina nos anos de 1992, 1994 e 2002. Segundo pesquisa e conclusão no trabalho desenvolvido por Esteves (2008), a previdência complementar restrita a determinados segmentos da sociedade trabalhadora, denominados fundos de pensão, são eles sustentados por contribuições dos trabalhadores e o valor da futura aposentadoria variará, conforme o tempo de contribuição e os valores aportados. Esse tipo de sistema não subsiste e reformas previdenciárias já foram realizadas em países em que a previdência complementar era predominante, como no Chile e na Argentina que submeteram ao legislativo projetos de reforma previdenciária e reestatização da previdência.

A reorganização das empresas, o novo capitalismo, a reestruturação das relações de trabalho, favoreceram a extinção de postos tradicionais de trabalho e a receita da Seguridade Social, obviamente, decresceu. Associado a isso está a diminuição na diferença da proporção entre a longevidade dos cidadãos e a taxa de natalidade.

Assim, o desemprego estrutural compromete substancialmente os recolhimentos destinados ao sistema tradicional de previdência social, uma vez que seu financiamento se dá, principalmente, com base na relação de emprego. Entretanto, os motivos que levaram o sistema tradicional de previdência a entrar em crise são os mesmos que desestabilizarão a balança da previdência complementar. Os dois sistemas, de repartição e o de capitalização, estão baseados no desempenho das empresas no mercado econômico. O primeiro interessa-se

pelo desenvolvimento produtivo das empresas, como gerador de empregos; o segundo preocupa-se com o desenvolvimento financeiro da empresa.

Segundo Richard Sennet, “o capitalismo do século IX tropeçou de desastre em desastre nas bolsas de valores e nos investimentos empresariais e irracionais. As loucas oscilações do ciclo comercial, pouca segurança ofereciam às pessoas.” Com o tempo as empresas procuraram eliminar camadas de burocracia, tornando-se organizações mais planas e flexíveis (1999, p. 23).

Esse fenômeno ocorrido na pós-modernidade é denominado por Anthony Giddens (2001) como sendo de uma sociedade de risco em contraposição à previsível sociedade centrada no estado do bem-estar social. Para ele, “hoje os mercados de produto, capital e trabalho devem ser flexíveis para que uma economia seja competitiva. ‘Flexibilidade’, para muitos, é motivo de aflição.” (*ibidem*, 2001, p. 21)

Em pesquisa realizada por Juliana Esteves (2008), o sistema previdenciário chileno sofria com a baixa contribuição dos filiados durante o ano. Pelas estatísticas oficiais, dos 83% dos chilenos que tem trabalho formal, apenas 52,4% contribuem para o sistema.

No Brasil, em se considerando os dados da previdência complementar fechada e segundo dados obtidos da Secretaria de Previdência Complementar, a proporção de participantes de fundos de pensão públicos (trabalhadores da iniciativa pública que contribuem para os fundos de pensão) e os beneficiários e pensionistas são de apenas 2,1.<sup>3</sup>

O neoliberalismo trouxe uma política de administração empresarial baseada na diminuição de custos para maximizar os lucros, fazendo com que esta ingressasse no sistema financeirizado, sobretudo, por meio da instituição dos fundos e pensão. Estes, por sua vez, passam a fazer parte da “vida” financeirizada da empresa a partir do momento em que ingressam no mercado de ações e títulos públicos, ingressando, também, na vida política do Estado.

---

3 Para exemplificar a aplicação dos critérios de maximização do valor das ações descritos neste trabalho, a ALCOA anunciou que demitirá 6.500 empregados, cerca de 5% (cinco por cento) em sua segunda fase da reestruturação, e o Executivo-chefe, Alain Belda, declarou querer “se livrar” de US\$ 62 milhões nos custos anuais até o final do ano. Ainda segundo ele, a empresa está se adequando à “nova estrutura internacional de negócios” e procurando melhorar sua eficiência. Também a Ford, montadora de automóveis, anunciou em 24/01/2006 que, apesar do lucro de US\$ 2 bilhões em 2005 precisará enquadrar sua empresa nas novas concepções de administração. Demitirá 30 mil funcionários nos próximos seis anos e, somando os cortes com os já ocorridos nas montadoras GM e Chrysler Corp, a eliminação de empregos chegará a quase 140 mil desde 2000. Os cortes na empresa Ford correspondem a um terço dos empregados por hora nos EUA. Outros 10% dos empregados executivos também serão dispensados. As montadoras japonesas estão absorvendo uma parte dessas pessoas, cerca de 60 mil, mas estão criando uma força de trabalho mais barata e mais jovem e deixando de lado os já demitidos e que dificilmente retornarão ao mercado de trabalho.

Esse novo capitalismo estende-se, ainda, num outro aspecto. Com o objetivo de maximizar os lucros da empresa, os gestores adotam várias formas de precarização das condições de trabalho. Os empregados, por sua vez, diante de um quadro instalado e irreversível de desemprego estrutural submetem-se às condições laborais ofertadas. Imobilizados aguardam que os entes públicos ou os fragilizados sindicatos, consigam reverter ou melhorar o problema.

A experiência dos fundos de pensão privados no Brasil pode ser exemplo de como seria o sistema previdenciário oficial, na forma da capitalização individual: um sistema destinado a poucos, discriminando homens e mulheres, sem a participação obreira em sua administração e fiscalização, com prováveis e aviltantes perdas para os trabalhadores.

Os fundos de pensão das empresas públicas são iguais ou até mais carentes de participação/fiscalização obreira do que as entidades de empresas privadas, haja vista todos os escândalos em que estiveram envolvidos alguns dos maiores fundos de pensão públicos brasileiros.

## **2. A Formação Profissional e a Transferência de Responsabilidades**

O objetivo desta seção é apresentar o contexto socioeconômico em que se disseminou o discurso da necessidade de formação de trabalhadores com perfil empreendedor.

Para as políticas educacionais brasileiras estes são reflexos do desejo da população. Seguindo uma rota de desemprego estrutural, bem como a o fato das políticas de incentivo à renda serem vinculadas à existência de relação empregatícia, tem-se que a demanda pelas alternativas da “informalidade” aumentou e, com ela, a vontade do indivíduo em tornar-se empreendedor.

Assim, o discurso da educação contemplar disciplinas voltadas à construção de um perfil empreendedor é visto também como uma estratégia para viabilizar a formação de pessoas para as novas relações de trabalho decorrentes das transformações no mundo do trabalho que demandam, hoje, por trabalhadores autônomos e flexíveis, que possam atuar em diferentes frentes de trabalho.

Associado ao discurso educacional vem o ganho dos sistemas previdenciários, seja o público seja o privado. O indivíduo empreendedor compreende que também é o responsável

por sua aposentadoria e passa a contribuir para o regime geral de previdência<sup>4</sup> e/ou contrata um plano de previdência privado.

Serão analisados os fatores que ensejaram o desenvolvimento do empreendedorismo e as políticas educacionais que incentivam/iludem o cidadão brasileiro a ser o responsável pelo seu próprio sucesso.

Far-se-á uma incursão nas mudanças no mundo do trabalho, para demonstrar como se formou a demanda pela formação de um novo perfil de trabalhador.

No item seguinte discute-se brevemente o processo de reestruturação produtiva no Brasil e seus impactos para a maioria dos trabalhadores, especialmente, a exacerbação do individualismo entre os operários diante das ameaças de desemprego.

Serão, também, apresentadas as políticas de educação profissional inseridas a partir dos anos 1990, para tentar combater o desemprego. Por último, tenta-se esclarecer as razões pelas quais as competências do trabalhador vêm substituindo a noção de qualificação, considerando-se aquelas como condições para a empregabilidade.

## 2.2 Empreendedorismo como Forma de Transferir Responsabilidade e Custos para o Trabalhador

O capitalismo tem, em sua natureza, uma estrutura de acumulação de capitais. Convive de forma conflituosa com a constante renovação de meios e métodos de produção, para superar as inúmeras crises por ele próprio provocadas. No próprio sistema existe uma tendência: produzir mais-valia, aumentar a produtividade para enfrentar o mercado competitivo. Entretanto, ao desenvolver meios que aumentem a produção, o sistema termina por eliminar postos de trabalho e dificulta, ou mesmo impede o acesso destes às mercadorias produzidas, o que desencadeia um desequilíbrio entre produção e consumo.

Baseado nesse pressuposto, é compreensível que os modelos de organização e gestão do trabalho estejam sendo esgotados e, frequentemente, seja necessária a adoção de novas alternativas organizacionais.

Com o esgotamento do modelo taylorista/fordista de trabalho, outro paradigma de produção teve início. A baixa demanda excessiva de mercadorias trouxe a necessidade de uma

---

4 O RGPS alterou várias alíquotas para atrair contribuintes, como será exposto posteriormente.

nova organização da produção e do trabalho que afetou substancialmente o mundo do trabalho.

De acordo com Coriat (1988) a crise taylorista/fordista teve início na década de 1960, quando houve avanços na área tecnológica e se formaram trabalhadores pouco qualificados, insatisfeitos e explorados por empregadores que tentavam elevar seus lucros à custa das baixas condições de trabalho. Outro fator ensejador do fim do modelo taylorista/fordista, segundo o autor, é que o mesmo produzia mais mercadoria do que a população podia adquirir. Daí tornou-se necessário produzir mercadorias mais atrativas e em quantidades menores, “uma grande quantidade de tempos ‘mortos’ e tempos ‘improdutivos’ eram gastos com técnicas complexas de balanceamento das cadeias de produção” (1988, p. 16).

Um novo paradigma de acumulação surgiu a partir da integração das linhas de produção através da combinação dos novos meios de trabalho resultantes da aplicação da informática e eletrônica.

A nova fase de reestruturação produtiva do capital é explicada por Harvey (2004, p. 140):

Se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, de produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.

Com a implantação da microeletrônica as atividades antes realizadas por operários foram substituídas por processos automatizados. A partir de um processo integrado e flexível é possível produzir pequenos lotes, sem ter estoques de mercadorias. A nova tecnologia permite um extremo controle de qualidade dos produtos e tempo de serviço dos funcionários. Reorganizam-se espacialmente os equipamentos e as equipes de trabalho e se pode reduzir a “porosidade do dia de trabalho” (*ibidem*, p.167).

Como consequência, ocorre uma degradação do processo produtivo caracterizado por fases como produção, demanda, estocagem e controle de qualidade, que correspondem à



necessidade de organização da produção em economias de escopo. Para adequar-se à variação da demanda utiliza-se o *just in time*<sup>5</sup> e o *kaban*<sup>6</sup>.

A natureza do trabalho também foi alterada e os trabalhadores encontraram um novo sistema de gestão e organização que correspondem à diversificação e a flexibilização da produção de mercadorias, “trabalhar passa a significar enfrentar eventos, ou seja, resolver problemas, o que impacta significativamente o desenvolvimento de competências, que passam a depender de mais conhecimentos e habilidades cognitivas complexas” (Zarafian, 2001, p. 41-43).

A utilização da força de trabalho também foi flexibilizada e os trabalhadores aprenderam a realizar múltiplas tarefas, a fim de produzir um volume maior de excedentes. São treinados em serviço e se tornam corresponsáveis pela produção que deve, ainda, atender aos padrões de qualidade exigidos.

A renovação tecnológica e a automatização do processo produtivo, assim como a flexibilidade na alocação gerou a extinção de milhares postos de trabalho e, conseqüentemente, milhares de trabalhadores foram dispensados quando se iniciou a era do chamado “desemprego estrutural”<sup>7</sup>.

O contingente de desempregados passou de 800 milhões, em 1995, para mais de um bilhão em 2001 e atingiu também os países desenvolvidos que, até os dias presentes convivem com altos índices de desemprego.

Aponta Rifkin (2004) para o desemprego oficial nos Estados Unidos, que estava em 4%, após o índice de 6,6% em 1994, voltou aos 6%; o da Alemanha, em agosto de 2003, girava em torno de 10% e 60% dos desempregados estavam sem trabalho há mais de um ano; na França e na Itália, em 2003, o desemprego aproximava-se dos 9%, enquanto na Espanha era de aproximadamente 12%. A média geral da União Europeia era de 7,9% sendo que, na zona europeia expandida, ultrapassava os 8,7%. Nesse contexto de evado desemprego,

---

5 A expressão *just in time* significa “bem na hora”, “no momento certo” e procura minimizar o tempo de produção e a quantidade de estoque. A idéia é estabelecer um fluxo contínuo de produção sincronizado com a necessidade de estoque. Para isso acontecer, o fornecedor deve entregar os suprimentos no momento exato contratado (Maximiano, 2004, p.211).

6 Kanban é uma espécie de placa que indica muitas coisas, porém a mais importante é a peça ou elemento ao qual está ligada. Assim, quando a equipe precisa de um painel para o carro que está montando, pega um painel na reserva. Neste momento, retira o Kanban da peça empregada. Este volta ao departamento que fabrica painéis. Essa unidade sabe então que precisa reconstituir o estoque esgotado (Gounet, 1999, p. 27).

7 Desemprego Estrutural: “característico dos países subdesenvolvidos, ligado às particularidades intrínsecas de sua economia. Explica-se pelo excesso de mão-de-obra empregada na agricultura e atividades correlatas e pela insuficiência de equipamentos de base que levariam à criação cumulativa de emprego” (PROJETO RENASCE BRASIL, 2008, p.1).

eliminadas a rigidez e a segurança dos contratos de trabalho no período, foram se conformando novas relações de trabalho mais flexíveis, indica Harvey,( 2004).

A nova organização do trabalho centrada na base tecnológica e reestruturação produtiva requereu uma nova organização política internacional para o novo contexto do desemprego estrutural. A partir dos anos 1980, o “neoliberalismo se põe como uma alternativa teórica, econômica, ideológica, ético-política e educativa à crise do capitalismo” (Frigotto, 2005, p. 79).

Neste momento, inicia-se a mudança na regulação das relações trabalhistas. Os acordos coletivos firmados após a Segunda Grande Guerra ainda se submetiam a uma forte regulação das relações de trabalho, havendo, inclusive, incentivos a políticas públicas de formação profissional e ensino técnico.

Tal intervenção estatal começou a ser fortemente contestada em meados dos anos 70, na medida em que dificultava a flexibilização do uso das forças de trabalho, que passaram a ser facilitadas nos governos neoliberais de Margareth Thatcher, na Grã-Bretanha, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos. As novas regulações sociais, agora sob a égide da ideologia neoliberal<sup>8</sup>, ocorreram mais intensamente no fim dos anos 1970 e durante toda a década de 1980.

Dentre as medidas neoliberais tomadas para satisfazer as necessidades de acumulação de capital a que mais atingiu a classe trabalhadora foi o enfraquecimento do movimento sindical.

De acordo com Anderson (1995, p. 15):

Se, nos anos 70, a taxa de lucro das indústrias nos países da OCDE caiu em cerca de 4,2%, nos anos 80 aumentou 5,3 pontos positivos. A razão principal dessa transformação foi, sem dúvida, a derrota do movimento sindical, expressando a

---

8 “Os fundamentos teóricos do neoliberalismo derivam das obras de F. Hayek (1940) e M. Friedman que publicou sua teoria a partir da década de 1950, sobressaindo-se na década de 1980. “A obra básica de Hayek [...] não é outra, senão a de que o princípio e a busca da igualdade social levam a servidão. [...] para Hayek, o conhecimento seria um atributo individual e, segundo Wainwright (1998, p.51), ‘ele o via quase que como uma característica física, como se mente e corpo fosse uma coisa só e o conhecimento do indivíduo fosse o que ele experimentaria de maneira atomística e única’” (FRIGOTTO, 2005, p.83). “[...] Hayek importava-se em estudá-la particularizada, em analisar sucessos particulares de empreendedores isolados, pois o individualismo provindo de seu conceito de como o conhecimento é adquirido pelo homem é a sua bandeira” (ARCE, 2001, p. 252). Já para FRIEDMAN (1988), o capitalismo competitivo é o tipo de organização do sistema econômico mais eficaz, visto que a liberdade econômica é parte da liberdade no seu sentido mais amplo, bem como instrumento necessário à obtenção de liberdade política. Considera Friedman (1988), que: “A preservação da liberdade é a principal razão para a limitação e descentralização do poder do governo” (ibidem, p.13). E, “fundamentalmente, só há dois meios de coordenar as atividades econômicas de milhões. Um é a direção central utilizando a coerção – a técnica do Exército e do Estado totalitário moderno. O outro é a cooperação voluntária dos indivíduos – a técnica do mercado” (FRIEDMAN, 1988 apud DREWINSKI, 2009, p. 21) citado por DREWINSKI, Jane Maria de Abreu in obra de doutoramento Empreendedorismo: o discurso pedagógico no contexto do agravamento do desemprego juvenil, 2009.

queda drástica do número de greves durante os anos 80 e numa notável contenção de salários. Essa nova postura sindical, muito mais moderada, por sua vez, em grande parte era produto do neoliberalismo, ou seja, o crescimento do desemprego, concebido como um mecanismo natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente. A taxa média de desemprego nos países da OCDE, que havia ficado em torno de 4% nos anos 70, pelo menos duplicou na década de 80. Talvez o resultado mais visível desses anos de atuação da atual reestruturação produtiva seja o golpe dado ao movimento sindical, em todo o mundo. A adoção de políticas neoliberais e a aceitação das novas regras do jogo resultaram na solidão e abandono dos trabalhadores, e na perda de rumos do movimento sindical. Este foi o resultado da aceitação do canto de sereias da política de negociação: um sindicalismo que perdeu sua essência, seu significado de proteção e defesa dos trabalhadores, mero figurante do falso jogo democrático. Desmoralizados, não só pelas perdas sofridas, inerentes a qualquer luta, mas sim pelo caminho adotado que mais que a negociação, significou cooptação, e que fez de muitos deles apenas ‘parceiros’ para referendar as perdas dos trabalhadores.

As novas ideias neoliberais acreditavam que o mercado é autorregulado e eficaz para regular as políticas econômicas. Daí as relações sociais e os Estados Nacionais passarem por um processo de enxugamento. As responsabilidades como saúde, educação e saneamento tornaram-se responsabilidade da iniciativa privada.

O Estado incorporou uma postura não interventora, orientada por uma política neoliberal e os trabalhadores deveriam se adequar e se conformar às novas exigências em prol da acumulação de capitais.

Essa sistematização das relações de trabalho, associada (ou causada) à produção automatizada, integrada e flexível, diminuiu a necessidade de grande quantidade de trabalhadores para sua concretização e contribuiu para o crescimento do desemprego e para a marginalização social.

A lógica da reprodução do capital pressupõe a existência de desemprego e precarização do trabalho e crises econômicas, sejam elas cíclicas ou de longa duração. Segundo Mészáros (2002) o que atinge o mundo capitalista e todos os setores da vida social é uma “crise estrutural”.

Na próxima seção será analisado o impacto da reestruturação produtiva no contexto brasileiro o desemprego, as políticas públicas aplicadas, especialmente, a necessidade do trabalhador em desenvolver novas habilidades e competências.

### **3. A reestruturação produtiva e políticas de educação profissional no Brasil**

### 3.1 A Reestruturação Produtiva e seus Reflexos

No Brasil, a consolidação da reestruturação produtiva ocorre na década de 1990. Também, nesta década, acontecem ondas de hiperinflação e grande instabilidade econômica.

Neste cenário e ainda com uma acirrada concorrência internacional, dotada de modernos aparatos, a economia brasileira foi obrigada a modernizar o seu processo produtivo. A crescente abertura comercial, instabilidade política e econômica aliada à hiperinflação provocaram grandes consequências nas taxas de empregabilidade no Brasil.

**Tabela 1: Indicadores Macroeconômicos do Brasil**

Anos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Taxa de crescimento Anual PIB (%)	-4,3	0,3	-0,8	4,2	5,8	4,2	2,8	3,7	0,1	0,8
Taxa de desemprego SP (%)	10	11,7	5,2	14,6	14,2	13,2	15,1	16,0	18,2	19,3
Taxa de juros (%)	29,8	12,4	30,2	7,1	24,8	33,1	16,4	16,3	26,2	38,1

Fonte: Anuário dos trabalhadores 2000/2001, DIEESE, 2001.

Por meio da análise da tabela acima, constata-se que o desemprego brasileiro foi agravado, em momentos de baixo crescimento econômico, como no final da década. Entretanto, é possível observar também que, mesmo durante o crescimento econômico, o mercado não absorveu toda a mão-de-obra desempregada, o que demonstra a incapacidade da economia em gerar emprego para todos.

Está então configurada a transformação da força produtiva e a adoção de novos modelos de gestão e organização nas indústrias brasileiras. O fato é devido ao contexto político-histórico-econômico formado a partir 1970, com o novo movimento capitalista e a alteração do padrão produtivo provocado pela reestruturação.

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva envolveu dois padrões. De um lado, tem-se empresas que avançam tecnologicamente, ao adotar novas formas de organização. De outro, empresas que mantêm o padrão taylorista/fordista de produção. O atraso em desenvolver uma organização produtiva flexível está associado ao organizado e forte sindicalismo dos anos 1980, bem como à dificuldade do patronato em adotar o sistema

japonês, como o *just in time*, *Kaban*, *Kaisen* e Círculos de Controle de Qualidade (CCQ)<sup>9</sup>, uma vez que estes dependem do cumprimento de princípios de flexibilidade e integração.

Apesar da dificuldade, algumas empresas tentaram implantar Programas de Qualidade Total, estruturado em cinco etapas: qualidade do produto, custo, eficiência na entrega, satisfação do cliente e segurança. Mas o ajuste organizacional do referido programa pressupõe métodos gerenciais mais participativos, revisão de estrutura de cargos e salários.

Nos anos 1980, as empresas de terceirização ainda eram em número relativamente pequeno. Na década seguinte, o número aumentou significativamente para atender à enorme demanda surgida por trabalhadores sem vínculo empregatício.

Cita Ricardo Antunes (2006), como exemplo, a empresa de atuação global em mais de sessenta países, a Manpower. A propaganda escrita desta empresa representa bem a mutação ocorrida no mundo trabalhista:

A Manpower está preparada para atender seus clientes com serviços de alto valor agregado, como contratação e administração de funcionários temporários; recrutamento e seleção de profissionais efetivos para todas as áreas; programas de *trainees* e de estágios, projetos de terceirização e serviços de *contact Center*; administração de RH (RH Total) e contratação de profissionais com alto grau de especialização (Divisão Manpower Professional) (Antunes, 2006 p. 25).

Ainda para o mesmo autor, o atual estágio capitalista brasileiro combina o enxugamento da força de trabalho às mudanças sociotécnicas do processo produtivo e na organização social do trabalho. A flexibilização dos direitos sociais, a terceirização e as novas formas de gestão do trabalho humano estão coexistindo com o fordismo periférico e subordinado implantado aqui em consequência da “liofilização organizacional”, do sistema de acumulação e das práticas toyotistas absorvidas pelo setor produtivo brasileiro. (Antunes, 2006 p. 19).

Já Gitahy (1994), afirma que, no Brasil, o processo de reestruturação produtiva no Brasil tem implicado vários tipos de medidas: a) redução de níveis hierárquicos, que se reflete não só no desemprego de gerentes e mesmo altos executivos, como no aumento da busca por cursos de reciclagem dos mais diversos tipos; b) a mudança das estruturas de cargos e

---

<sup>9</sup> Os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) fazem parte de um conjunto de programas empresariais que atuam no sentido de “humanizar o trabalho”, por meio do envolvimento dos trabalhadores visando atingir metas e objetivos da empresa. “O programa enfatiza a importância da ação em grupos, daí a preocupação com o treinamento em técnicas para o desenvolvimento de habilidades comunicacionais, de tomada de decisões e de solução de problemas” (GUIMARÃES, 2006, p. 60).

salários, criando novos planos de carreira associados a programas de treinamento inclusive para trabalhadores de produção direta; c) aumento da importância atribuída à gestão de recursos humanos e ao treinamento; d) o processo de qualificação de fornecedores associado ao movimento de “terceirização” (*ibidem*, p. 126).

Uma pesquisa realizada em 2000, por Invernizzi, aponta a mudança na forma de remuneração do trabalhador, que passou a ser atrelada ao desempenho individual de cada um, avaliado sob aspectos comportamentais e subjetivos, e aspectos objetivos de qualificação e produtividade, introduzindo-se o fator da individualização do salário, em oposição ao sistema de classificação de cargos adotado pela própria legislação trabalhista brasileira. Incentivou-se a concorrência entre trabalhadores para ascenderem às melhores condições remuneratórias em contraste com as lutas e reivindicações coletivas. Com as regras do mercado atuais, para garantir um crescimento remuneratório, um trabalhador deve demonstrar o melhor desempenho, o maior compromisso, estar em total sintonia com os objetivos da empresa.

Essa mudança trouxe em si um novo contexto para dentro da empresa, que é nutrido por comportamentos competitivos-individualistas e levam à alienação da classe trabalhadora. Deste modo, as contradições entre capital e trabalho são obscurecidas e o discurso ideológico, necessários ao engajamento dos trabalhadores é conduzido por apelos ao consenso quanto aos “valores individualistas e meritocráticos e se irradia a partir da noção de qualidade” (Invernizzi, 2000, p.389). Entretanto, o individualismo não pode ser creditado unicamente ao simples convencimento da classe trabalhadora. Deve-se ter em mente a realidade excludente e cheia de adversidades que permeia esses trabalhadores e os obriga a se submeter às novas regras do jogo para manter seus empregos.

Para corresponder às novas expectativas, o trabalhador adquire um novo perfil, mais qualificado, mas, que o subordina às necessidades do capital. Tal perfil deve ser multifuncional, para atender à demanda industrial e, futuramente, em caso de desemprego, resolver sozinho sua subsistência, através do empreendedorismo formal ou informalmente. Por isso, a força de trabalho tornou-se multifuncional para atender as condições de flexibilidade e novas funções que precisam ser assumidas em razão do rápido enxugamento de quadros nos dias atuais.

A definição de operário qualificado envolve um grau de escolaridade mais amplo, com nível médio e/ou superior, disposto a trabalhar e a se deixar ser treinado dentro da

empresa, ter conhecimento de informática e boa comunicação, raciocínio abstrato e capacidade de resolver problemas complexos.

Os empregados que não se adequam às novas regras são candidatos, em potencial, ao desemprego e à marginalização do sistema protetivo. Por outro lado, a indústria já alcançou o resultado almejado com a reestruturação produtiva e, como não necessita mais reajustar o quadro de funcionários, dispensa aqueles não conseguem enfrentar tais mudanças.

A figura do empreendedorismo vem buscar esses trabalhadores não “enquadrados” no novo programa capitalista de inserção produtiva e colocar, para os mesmos, a responsabilidade pelo seu futuro. Diante do elevado índice de desemprego, verifica-se, que em na década de 1990, foram lançadas políticas de educação ao empreendedorismo como resposta ao agravamento da crise que se alastrava pelo país.

### **3.2 Políticas de Educação Profissional no Brasil no Contexto da Reestruturação Produtiva**

Embora a reestruturação produtiva tenha iniciado em todo o mundo na década de 1970, no Brasil, ela somente veio a ocorrer depois de vinte anos. Durante longas décadas de pleno emprego e relações formais de trabalho, houve uma expressiva regressão do mercado de trabalho, com o conseqüente desemprego, em todos os ramos produtivos, sobretudo, setor de serviços bancários. A contrapartida fornecida pelo patronato foi a contratação nos moldes temporários, a precarização das condições de trabalho, a redução da renda salarial e a concentração de renda patronal.

Apesar da década de 1980 ter sido marcada por forte instabilidade política, elevadas taxas de inflação e endividamento externo, não aconteceu o desemprego esperado, posto que, no mesmo período, o serviço público absorveu a demanda. Entretanto, na década seguinte, apesar do crescimento econômico, o desemprego aumentou, como já foi demonstrado na tabela acima.

O então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, afirmou que

Nossa população em idade de trabalhar estará crescendo cerca de dois por cento ao ano nos próximos dois anos. Além dos jovens em busca do primeiro emprego, mais mulheres de todas as idades passaram e continuarão passando a procurar uma ocupação fora de casa. O Brasil terá de criar 7,8 milhões de postos de trabalho até 2002 para absorver estes novos contingentes. A resposta a esse imenso desafio passa necessariamente pela aceleração do crescimento do país (1998, p. 19).

A crítica situação de desemprego é, no entanto, anterior ao governo Fernando Henrique Cardoso e começou no governo do presidente neoliberal Fernando Collor. Após o *impeachment*<sup>10</sup> foram adotadas novas políticas econômicas para a expansão do Plano Real que possibilitou o recuo na taxa de desemprego no período de 1993 a 1995. Mas, após a eleição de Fernando Henrique Cardoso e as políticas de privatizações<sup>11</sup> que resultaram em extinção de postos de trabalho, o índice voltou a subir. Os jovens já não poderiam ter a mesma expectativa de seus antecessores e aqueles que ainda estavam empregados se tornavam inseguros quanto a permanência no emprego. Inicia-se, então, novo ataque às relações estáveis de trabalho, com tempo integral e salário fixo.

Surgem leis que regulamentam ou ampliam as figuras dos contratos temporários, remuneração variável, Planos de Demissão Voluntária (PDV), trabalho informal ou na clandestinidade, contratação de idosos já aposentados e menores de idade civil.

Diante da dificuldade em inserir a população no mercado profissional, em virtude da diminuição ou extinção de postos de trabalho, aumento de oferta de mão-de-obra, falta de qualificação profissional resultante das alterações tecnológicas e organizacionais do trabalho os governos tiveram que criar políticas de emprego, proteção ao desempregado e educação profissional, sendo, a falta desta última, a causa principal apontada pelos governantes para o desemprego. Consequentemente, a educação dos trabalhadores tem sido um dos focos para desenvolver a “capacidade de adquirir condições de empregabilidade”. Por tais razões foi lançado em 1995 o PLANFOR – Plano Nacional de Formação Profissional, para qualificar cerca de 17 milhões de jovens trabalhadores e treinar ou formar gratuitamente profissionais, combater a pobreza e o desemprego, reduzir a probabilidade de demissões e rotatividade de mão de obra, pois

As transformações no mercado e as relações de trabalho colocam a necessidade de empreender programas que concebam processos continuados de qualificação, readaptação e aumento da escolaridade dos trabalhadores. Se a qualificação e o treinamento não são capazes, como a educação, de gerar empregos por si só, é certo que passam a desempenhar papel decisivo na melhoria da renda e das possibilidades de ocupação das pessoas. Assim está ocorrendo no mundo inteiro (Cardoso, 1998, p. 139).

---

10 Após o impeachment do presidente Collor em setembro de 1992, o vice Itamar Franco assumiu e redirecionou a política econômica com uma estratégia anti-inflacionária que culminou na reforma monetária de 1994, conhecida por Plano Real. Nesse momento, houve uma recuperação do nível de emprego em virtude da retomada das atividades econômicas e de um relativo controle da inflação.

11 Em “Brasil Privatizado” Aloysio Biondi (1999) mostra que, antes de privatizar as estatais, os governos procederam demissões maciças de trabalhadores gastando somas vultosas do erário público. O governo de São Paulo demitiu 10.026 funcionários de sua empresa ferroviária; a do Rio de Janeiro demitiu 6.200 dos 12 mil funcionários do BANERJ. O BANESTADO também demitiu, por meio de PDV, cerca de 6.000 funcionários, para tornar-se vendável.



Para ampliar a análise do PLANFOR tem-se que, de acordo com o DIEESE (2001), a política consistia numa tentativa de inovar na educação profissional, através da integração de habilidades básicas<sup>12</sup>, específicas<sup>13</sup> e de gestão<sup>14</sup>, não só para a inserção no trabalho formal. Como se observa no trecho extraído do Plano Oficial:

O PLANFOR trabalha com uma visão ampliada de “trabalho”, que abrange muito mais que empregos assalariados, com carteira assinada, do setor formal, urbano, industrial. Qualificação e intermediação profissional têm que estar pensadas também para novas formas de trabalho. Dessa perspectiva, encaminhamento ao mercado de trabalho deve ser entendido não apenas como colocação em empregos formais, mas encaminhamento para todas as formas de trabalho e geração de renda existentes na comunidade: estágios, associações, cooperativas, formação de micro empreendimentos (BRASIL, 2000. v. Parte II – seção 1)

Conforme informações oficiais obtidas a partir do sítio do DIEESE, o Planfor não conseguiu, à época, reduzir o desemprego, e, ainda, absorveu quantias elevadas do erário público.

A qualificação profissional, durante o período de 1995 a 2000, subtraiu do FAT, seu principal órgão financiador, cerca de 2,7 bilhões de reais e atingiu cerca de 20,7 milhões de trabalhadores. Envolveu algo em torno de 2 mil entidades privadas, em sua maioria, incluindo o segmento comunitário e sindical (CÊA, 2004, p.3).

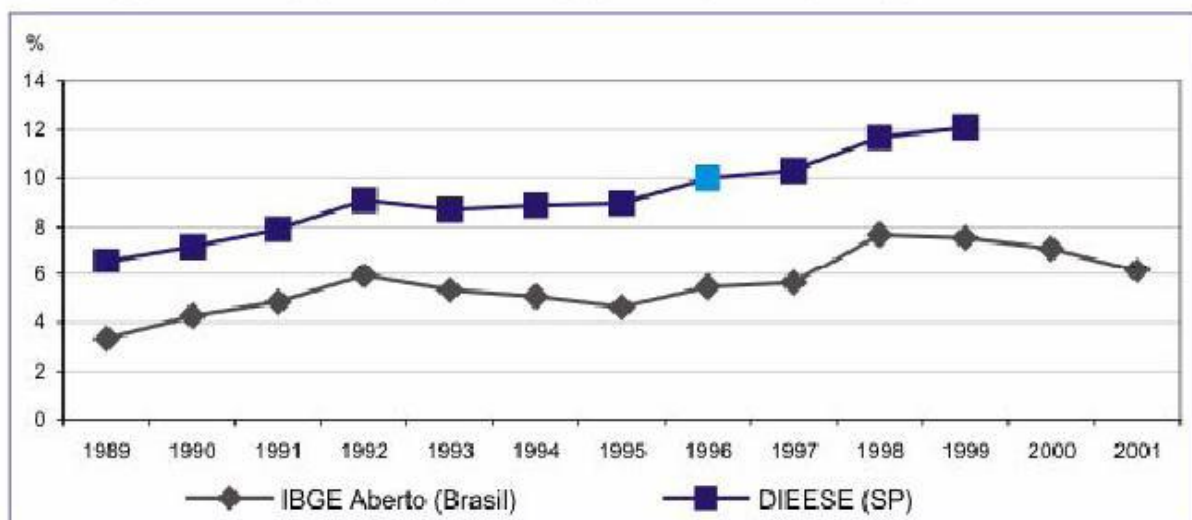
#### **Quadro 8.2: Índices de Desemprego – Brasil – 1989-2001**

---

12 Habilidades Básicas: competências e conhecimentos gerais como comunicação verbal e escrita, leitura e compreensão de textos, raciocínio, saúde e segurança do trabalho, preservação ambiental, direitos humanos, informação e orientação profissional.

13 Habilidades Específicas: competências e conhecimentos relativos a processos, métodos, técnicas, normas, regulamentações, materiais, equipamentos e outros conteúdos específicos das ocupações.

14 Habilidades de Gestão: competências e conhecimentos relativos a atividades de gestão, autogestão, melhoria da qualidade e da produtividade de micro e pequenos estabelecimentos, do trabalho autônomo, ou do próprio trabalhador individual no processo produtivo.



Fonte: IBGE, DIEESE

No gráfico acima descrito, é possível perceber que, mesmo diante de todo o investimento do PLANFOR, a situação de desemprego não foi revertida. De acordo com o PNAD/IBGE, o índice de desemprego no Brasil saltou de 1,73%, em 1975, para 9,85%, em 1999, e representou uma elevação de 369%. A mesma pesquisa aponta ainda que, até 1989, o desemprego atingia, principalmente, as mulheres, pessoas mais pobres, analfabetos e negros. Já em 2003, o desemprego atingia os jovens, mesmo os que tinham estudado.

Ao vencer as eleições de 2002, o Presidente Luis Inácio Lula da Silva esteve diante de um cenário nacional de desemprego e com a responsabilidade de governar o país inserindo-o na ordem econômica internacional, e contemplar a aqueles naturalmente excluídos dos benefícios da democracia e da economia do país. Entretanto, não houve grandes alterações na política educacional, posto que o governo continua a incentivar a qualificação profissional. Em substituição ao PLANFOR, veio o Plano Nacional de Qualificação (2003-2007).

Estas políticas educacionais são caracterizadas pela transferência da responsabilidade estatal, na formação profissional, para o setor privado, através da transferência de recursos públicos. Essa forma de transacionar os recursos públicos e o bem-estar da população são características de um contexto social de Estado Mínimo, em que o mercado tornou-se agente de regulação do metabolismo social, “concepção das relações entre Estado e Sociedade Civil que passam a se dar por meio de parcerias entre o setor público e o setor privado” (Kuenzer, 2006, p. 899).

Neste aspecto, a qualificação profissional atende às demandas do capital produtivo e prepara o profissional para a empregabilidade, independentemente, da possibilidade de ocupação formal.

Atualmente, a fase capitalista de acumulação de capitais exige do trabalhador não só a qualificação, mas, também, a competência para o desempenho da tarefa, caracterizada pelo conjunto de habilidades adquiridas por meio da aprendizagem contínua.

### **3.3 A Substituição da Qualificação pela Competência**

A flexibilização da força de trabalho, assim como a diminuição nos postos de trabalho foram acompanhadas pela reestruturação produtiva. A flexibilização do mercado e do processo do trabalho, dos padrões de consumo foram impostas ao trabalhador, que teve seu perfil disciplinado para aceitar e se adaptar aos novos e diferentes trabalhos que a flexibilização produtiva lhe impõe.

Atualmente, ser competente significa ter qualificação flexível, adaptável aos trabalhos exigidos pelo mercado, e ser capaz de enfrentar situações imprevistas. O objetivo é que o trabalhador possa dar conta das incertezas do processo produtivo e diminuir os riscos da não obtenção da mais-valia.

Na fase taylorista/fordista, ser competente significava realizar bem determinada tarefa, o que era facilitada pela eletrotécnica e tecnologias da época que mantinham o processo estável e não se precisava da intervenção humana. Não havia a exigência de escolaridade. A experiência era suficiente e a ferramenta principal para adquirir e se manter no trabalho.

Agora, no contexto da flexibilização, a formação baseia-se na noção de competência, que tem uma dimensão muito maior que a noção de qualificação. Pressupõe um indivíduo criativo, dotado de autonomia, atualizado, bem informado, capaz de adaptar-se e aprender com as mudanças. A competência vincula-se, portanto, a atributos individuais. Enquanto um atributo pessoal ela se caracteriza por ser rentável, e a competitividade pela capacidade interessar ao mercado por sua própria essência de executar o objetivo de maximização do poder de venda da força de trabalho. Entre os termos ‘competência e competitividade’ há, além da identidade étnica, uma lógica do capital. (Machado, 1998, p. 3-4)

A noção de qualificação é dissolvida na medida em que há um certo controle social sobre o uso do trabalho e seus níveis ocupacionais, surgindo, no interior da empresa, a noção

de competência como elemento da reorganização produtiva sistemática e da crescente individualização da relação entre empresas e a força de trabalho. (Dedecca, 1998, p. 274)

Afirma Perrenoud (1999) que a exigência de novas competências leva o indivíduo a uma série de mudanças de atitudes. O autor a denomina de “pequena revolução cultural”, que transcende a lógica do ensino formal e a substitui pelo treinamento (*coaching*) em situações complexas” (Perrenoud, 1999, p. 53). Assim, mais do que a qualificação formal, o indivíduo deve incorporar as competências que propiciem a empregabilidade.

Resta, portanto, ao indivíduo, a capacidade de criar condições que o integre ao mercado de trabalho e nele permaneça. O Estado e as empresas não são as responsáveis pelo fornecimento de trabalho ao cidadão.

A necessidade de o indivíduo estar preparado para a empregabilidade se justifica por sua vulnerabilidade social e econômica, diante das exigências do mercado de trabalho. Segundo Dias (2006), para o trabalhador conquistar a condição de ser empregável, no contexto da flexibilização das relações de trabalho, precisa ele reunir as noções de empregabilidade e competência.

A melhoria nas condições de empregabilidade do trabalhador não implica a sua inserção no mercado de trabalho, melhora apenas as condições de competir por uma vaga de emprego.

Com relação ao discurso da empregabilidade Gentili (2004) afirma que significa uma desvalorização do direito ao trabalho e uma nova valoração da “lógica competitiva interindividual”, que busca inserir o indivíduo num mercado excludente. Enfatiza a dimensão subjetiva da empregabilidade, para se inserir na produção, como empregado, autônomo ou como empreendedor.

#### **4. As Evidências Empíricas e Analíticas da perda da referência da centralidade do trabalho no contexto do desemprego estrutural**

Os cientistas sociais adeptos à teoria social crítica têm tentado desvendar *os sentidos do trabalho*, a partir de evidências empíricas e analíticas. De acordo com Ricardo Antunes, as metamorfoses e as transformações havidas nos países capitalistas mais avançados e seus impactos nos países do chamado Terceiro Mundo, experimenta um processo múltiplo:

De um lado, verificou-se uma *desproletarização* do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado. Em outras palavras, houve uma diminuição da

classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se significativa subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal, ao setor serviços, etc. Verificou-se, portanto, uma significativa heterogenização, complexificação e fragmentação do trabalho (ANTUNES, 2006, p. 209).

Apesar do reconhecimento de fenômenos, como a desproletarização, subproletarização, heterogenização e fragmentação do trabalho que convive com o chamado desemprego estrutural, o sociólogo não admite a obra da supressão da classe trabalhadora, no contexto do capitalismo avançado. Reconhece, no entanto, que todos os trabalhadores subproletários, os desempregados e os excluídos do mundo do trabalho, de um modo geral, sejam capazes de reagir mais potencialmente contra o sistema.

Uma análise preliminar sobre as metamorfoses do mundo do trabalho e a busca de novos sentidos para o trabalho humano remete ao trabalho subordinado.

Historicamente e, sobretudo, a partir da filosofia grega o trabalho manual sempre considerado como algo degradante. Mas a grande indústria foi criada pela burguesia moderna e

acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a extensão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando a segundo plano as classes legadas pela Idade Média (MARX e ENGELS, 1953, p. 23).

É nesse momento que o trabalho assalariado surge como condição de existência do capital. O desafio que surge, entretanto, é como transformar algo degradante por natureza como algo que dignifica? Tornou-se necessário produzir uma nova cultura do trabalho para fazer com que o assalariado realmente incorporasse os valores da cultura dominante. Daí a reviravolta: o trabalho assalariado passou a ser idolatrado e equiparado a algo libertador ao passo que aqueles que não se enquadravam na cultura dominante passou a ser cunhado de vagabundo.<sup>15</sup> Althusser (1989, p. 44) ensina-nos que numa sociedade dividida em classes sociais, o poder político e o do Estado está nas mãos da classe exploradora e que para manter-se no poder é preciso transformar o poder pela violência em poder consentido. A partir das

---

<sup>15</sup> Esse contexto vem sendo trabalhado por Andrade (2005).

instituições que Gramsci chamou de Aparelhos Ideológicos do Estado (instituições religiosas, morais, ideológicas, políticas, jurídicas, etc.), a classe dominante impõe sua ideologia à massas exploradas fazendo-as crer que se trata de sua própria ideologia.

Mas como introduzir tal ideologia numa multidão de trabalhadores confinados numa fábrica, contornando as indulgências coletivas? O capitalismo, ao comparar trabalho escravo/servil e trabalho livre/assalariado ocultou propositadamente o trabalho livre exercitado, historicamente, por filósofos, escritores, cientistas e artistas.

A partir do Fordismo e com a chegada do Estado do Bem-Estar social o trabalho subordinado passou a ser o centro da sociabilidade e das teorizações. O binômio Pleno Emprego e Estado Bem-Estar sustentava um modelo de sociedade durável, ao passo que a maioria da população estava empregada e os desempregados poderiam retornar ao emprego e contar com a proteção estatal enquanto isso não ocorresse.

Após as crises dos anos 1970, a introdução de novas ideologias liberais e a reformulação do trabalho através de novas formas de gestão e administração, surge o desemprego estrutural que passou a conviver com o subemprego, com o trabalho precário e outras modalidades de trabalho.

Os depoimentos acima descritos estão devidamente respaldados em evidências empíricas que resultam das estatísticas produzidas por respeitáveis entidades nacionais e internacionais. Em resumo, afirma Boaventura que a combinação da elevação do desemprego estrutural e o corrosão dos direitos sociais direciona a mudança dos trabalhadores ‘de um estatuto de cidadania para um estatuto de lumpencidadania. (SANTOS, 2005, p. 24)

#### **4.2 “Os Sentidos do Trabalho”. A Busca do seu Sentido Ontológico**

O filósofo Herbert Marcuse (1998, p.10;44) procura desqualificar o conceito de trabalho dado pela ciência econômica e tenta configurá-lo no sentido ontológico, rejeitando a concepção da “ciência do trabalho” que apenas revela o lado penoso desconsiderando os caracteres fundamentais do labor. Para ele o trabalho está além da alienação e da coisificação. É a realização plena e efetiva do ‘homem como um todo em seu mundo histórico’, afirma.

Para abrir uma frente contra toda ideologia criada e recepcionada pela sociedade, em termos de trabalho assalariado – e o seu oposto, a preguiça – e que perdura até hoje, assinala a filósofa brasileira Marilena Chauí que o direito à preguiça não foi superado pelos

acontecimentos do mundo moderno, mas graças é a ele que, numa sociedade em que já não é necessário a exploração mortal da força humana torna-se possível resgatar o autorespeito e a dignidade dos trabalhadores pois estes não mais submetem-se a humilhações e à culpa pelo desemprego e, em virtude desta consciência, podem erguer-se contra a ‘apropriação privada da riqueza social’.

A ideologia do trabalho assalariado - e o seu contraponto a preguiça - exerceu um papel tão avassalador na cultura das classes dominadas que dela não escaparam sequer os pensadores mais qualificados. Russell (2002, p.23) escreveu que apesar de ter trabalhado muito durante toda a vida, e que fez por ter aprendido que o ócio é o pai de todos os vícios, acredita agora que a crença em que o trabalho é virtuoso gera males imensuráveis e que é preciso lutar por algo diferente do que foi preconizado. Conclui sua ideia afirmando que a moral do trabalho é uma moral escravocrata e que o mundo moderno não precisa de escravidão. O lazer não se restringe mais a uma minoria privilegiada, mas é direito de toda a coletividade. (ibidem, p.27)

A força argumentativa da ideologia dominante, que se instaurou há mais de duzentos anos, não surpreendeu, sequer, um filósofo, Nietzsche, que vivenciou o nascimento da sociedade capitalista e do Estado Liberal Burguês.

Daí a afirmação grafada por Nietzsche:

Os aristocratas de nascimento, no campo do espírito, não se dão demasiado à pressa: suas criações brotam e caem da árvore em uma tarde tranqüila de outono, sem que hajam sido desejadas, forçadas nem devoradas por outros, como a prêmio. A ânsia de estar criando sem trégua nem descanso é vulgar e manifesta ciúmes, inveja, ambição. Quando se é algo, não se necessita verdadeiramente se fazer nada – e, sem embargo, se faz muito. Há um tipo humano mais elevado que se encontra por cima do indivíduo ‘produtivo’ (1993, p. 146).

Para Marx *apud* Ricardo Antunes (1974, p. 942),

De fato, o reino da liberdade começa em que o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisso: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os

domina; efetuam-no com menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas esse esforço situar-se-á sempre no reino das necessidades. Além dele começa e desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho.

Marx escreveu sobre a redução da jornada de trabalho como condição para uma vida emancipada, em 1866, para o Congresso Internacional dos Trabalhadores de Genebra, como tema central das reivindicações trabalhista desde, o surgimento do capitalismo. A diminuição do tempo semanal de trabalho, sem a redução salarial, é uma importante reivindicação do mundo do trabalho, visto que se mostra como uma forma de se contrapor à extração da “mais-valia” realizada pelo capital.

Além da formulação marxista, da condição preliminar da adoção da liberdade humana, a redução da jornada de trabalho, nos dias atuais, é vista como solução para minimizar o impacto do desemprego estrutural que atinge várias nações, em todo o mundo. Mas a idéia deve também transcender ao aspecto capitalista e idealizar o outro sentido para a vida do trabalhador.

Atualmente, tal formulação é ainda mais concreta, ao se mostrar como um mecanismo importante na minimização do desemprego estrutural. Entretanto, para se conceber a proposta para além do imediato, ela é o ponto de partida que permite uma reflexão sobre o tempo de trabalho e o tempo livre e possibilitar o afloramento de uma vida cheia de sentido fora do trabalho.

Diz Paoletti (1998, p.34) que o tempo acarreta uma possibilidade de supremacia sobre a vida das pessoas e sobre a organização social, desde o tempo para o trabalho até o tempo de vida urbana, causando uma divergência quanto ao uso deste tempo, nos sentidos quantitativos e qualitativos, bem como nas prioridades para a sociedade.

A discussão sobre jornada de trabalho leva à percepção de que a sua redução não implica na redução do tempo de trabalho. Nas palavras de João Bernardo (1996, p. 46), apesar do trabalhador contemporâneo ter uma jornada de trabalho menor que a de tempos passados, a complexidade do trabalho desenvolvido corresponde a um aumento real do tempo de trabalho.

### **Considerações finais**



É comum o movimento sindical reivindicar melhores condições de trabalho, no sentido de aumentar a contratação de pessoal e para diminuir o trabalho daqueles que já se encontram empregados. O desenvolvimento tecnológico e a reestruturação do trabalho favoreceram uma idéia de que é possível desenvolver o trabalho com um número menor de funcionários. A consequência foi a sobrecarga do indivíduo que viu, muitas vezes, uma duplicação na intensidade da atividade a ser executada. Deste modo, lutar pela redução da jornada de trabalho implica em lutar, também, pela redução do tempo opressivo de trabalho.

Passa-se a explorar outro ponto importante, na concepção da relação de trabalho, que é a incompatibilidade da vida sem sentido no trabalho e a vida cheia de sentido fora do trabalho. Ou melhor: uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. De alguma forma a esfera fora do trabalho será sempre atingida pela desefetivação ocorrida no interior da vida laborativa.

Uma vida com sentido, em todas as esferas do ser, só se efetivará por meio da extinção das barreiras hoje existentes entre tempo de trabalho e tempo livre, de forma que, a partir de uma atividade vital autodeterminada que ultrapasse a subordinação do trabalho ao capital, para desenvolver uma nova sociabilidade. Tornar o trabalho dotado de sentido, por meio da arte, da cultura, tempo livre. Em resumo, o ser social humanizar-se e emancipar-se em seu sentido mais profundo.

Como o sistema capitalista envolve também as esferas da vida fora do trabalho, a desfeticização do consumo predispõe a desfeticização no modo de produção das coisas, tornando sua conquista mais difícil se não houver o inter-relacionamento da ação pelo tempo livre com a luta contra a lógica do capital e a vigência do trabalho abstrato. Se assim não for, termina-se por fazer uma reivindicação subordinada à ordem, pela via do consenso e da interação, sem adentrar nos fundamentos do sistema, sem ferir os seus interesses.

O direito ao trabalho em tempo reduzido e a ampliação do tempo fora do trabalho devem estar intimamente articuladas contra um sistema de metabolismo social do capital, que transforma tempo livre em tempo de consumo, em que o indivíduo deve capacitar-se para competir no mercado de trabalho, exaurindo-se num consumo coisificado e fetichizado, sem qualquer sentido.

### **Referencias bibliográficas**

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. (Org.). *Pós-neoliberalismo*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. Princípios de Direito do Trabalho: Fundamentos teórico-filosóficos. São Paulo: LTr, 2008.

\_\_\_\_\_. Direito do Trabalho e pós-modernidade: fundamentos para uma teoria geral. São Paulo: Ltr, 2005.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BAUMAN, Zigmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*;. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed.: 1998

BERNARDO, J. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores*: ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Boitempo, 1996.

CARDOSO, F.H. *Avança Brasil*: mais 4 anos de desenvolvimento para todos. Brasília, 1998.

CÊA, G.S.S. A Qualificação Profissional como Instrumento de Regulação Social: Do PLANFOR ao PNQ. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 27, 2004, Caxambu: ANPED, 2007. Grupo de Trabalho: Trabalho e Educação/ n.9. CD-ROM.

CORIAT, B. Automação programável: novas formas e conceitos de organização da produção. In: SHIMITZ, H; CARVALHO R.Q. (Org.). *Automação, Competitividade e Trabalho*: a experiência Internacional. São Paulo: Hucitec, 1988.

DEDECCA, C.S. Emprego e Qualificação no Brasil nos Anos 90. In: OLIVEIRA, M.A. (Org.) *Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 1998.

DIAS, G. P. *Empreendedorismo e Educação*: O Sebrae na Escola. 2006. 136 f. Dissertação (Mestrado em Trabalho e Educação) – Programa de Pós-Gaduação em Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

DREWINSKI, Jane Maria de Abreu. **Empreendedorismo**: O discurso pedagógico no contexto do agravamento do desemprego estrutural. Número de páginas. Tese (Doutorado em

Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. 2009.

ESTEVES, J. *Fundos de Pensão: benefício ou prejuízo para os trabalhadores?* São Paulo: LTr, 2008.

FURTADO, A. *Empreendedorismo: uma solução para a inserção de jovens no mercado de trabalho*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

FRIGOTTO, G. Os Delírios da Razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In: GENTILI, P. (Org.) *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2005. p.77-108.

FURTADO,

GENTILI, P. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, J.C., SANFELICE, J.L E SAVIANI, D. (Org.). *Capitalismo, Trabalho e Educação*. 2 ed. rev. Campinas: Autores Associados; HISTEDBR, 2004. p. 45-59.

GITAHY, L. Inovação tecnológica, Relações Interfirmas e Mercado de Trabalho. In: \_\_\_\_\_ (Org.), *Reestructuración productiva, trabajo y educación en América Latina*. Campinas: IG- Unicamp; Buenos Aires: RED CIID – CENEP, 1994. P. 14-37.

GUIMARÃES, S. M. Círculos de controle de qualidade. In: CATANNI, A. D.; OLZMANN L. (Org.) *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p.60-62.

GOUNET, T. *Fordismo e Toyotismo: na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HUTTON, W. *O Estado que temos hoje*. Brasília: Positiva, 1998.

INVERNIZZI, N. **Novos Rumos do Trabalho: Mudanças nas Formas de Controle e Qualificação da Força de Trabalho Brasileira**. 2000. 470 f. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

KAMERMAN, S. B.; KAHN, A. J. *La privatización y el Estado benefactor*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

KUENZER, A. Z. A Educação Profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de Inclusão. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27 n. 96, out. 2006.

MACHADO, L.R.S. *Educação Básica, Empregabilidade e Competência*. Trabalho apresentado na Sessão Especial da ANPED, Caxambu, 1996.

MARCUSE, H. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

MARX, K., ENGELS, F. *Obras escolhidas, vol. 1*. São Paulo: Alfa-ômega, 1953.

MAXIMIANO, A. C. A. *Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital*. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MÉSZÁROS, I. (1971) *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

NIETZSCHE, F. *Além do bem e do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PAOLETTI, G. Dossier sobre Riduzione del'orario e Disoccupazione, *Marxismo Oggi*, Teti Editore, Milão, 1998.

PERRENOUD, P. *Construir Competências desde a Escola. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.*

RIFIKIN, J. *O Fim dos Empregos: O Contínuo Crescimento do Desemprego em Todo o Mundo*. São Paulo: M. Books, 2004.

RUSSEL, B. *Roads to Freedom, Socialism, Anarchism and Syndicalism*. Londres: Unwin Books, 1966 [1918).

\_\_\_\_\_. *Os caminhos para a liberdade: socialismo, anarquismo e sindicalismo*. São Paulo: Zahar, 1977 [1918].

\_\_\_\_\_. *Proposed Roads to Freedom*. Project Gutenberg. Disponível em: <[http://www.gutenberg.org/catalog/world/readfile?fk\\_files=36476&pageno=6](http://www.gutenberg.org/catalog/world/readfile?fk_files=36476&pageno=6)>. Acessado em 14 de setembro de 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

\_\_\_\_\_. *Trabalhar o Mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.